



## CERTIFICA

\_\_\_\_\_ Que a presente certidão, contendo **sete** folhas, utilizadas em **ambas as faces**, foi extraída da escritura lavrada de folhas **trinta e seis**, a folhas **trinta e seis verso**, do livro de notas para escrituras diversas número **duzentos e oitenta e cinco-A**, das Notas deste Cartório, bem como do **documento complementar** elaborado nos termos do art.º 64.º do Código do Notariado, de que faz parte integrante desta escritura, vai conforme o respectivo original, a qual leva aposto o selo branco deste Cartório. \_\_\_\_\_

Lisboa, trinta de Janeiro de dois mil e doze.

O Colaborador

(João Pedro Lourenço Salgueiro)

Colaborador autorizado pela respectiva Notária, inscrito no sítio da Ordem dos Notários sob o n.º 8/1, autorização publicitada em 18 de Fevereiro de 2011, nos termos do art.º 8, do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, na redacção do Decreto-Lei n.º 15/2011 de 25 de Janeiro, e do art.º 6.º, da Portaria n.º 55/2011, de 28 de Janeiro.

Conta: 38,38 €  
Total: (IVA incluído à taxa de 23%) 38,38 €  
São: trinta e oito euros e trinta e oito cêntimos  
PA 51/2012



Cartório Notarial de Lisboa de <b>Júlia Silva</b>
Livro <u>285-A</u>
Fls. <u>36</u>

## ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DO "CLUB DOM PEDRO"

--- No dia trinta de Janeiro de dois mil e doze, no CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA, sito na Av. Sidónio Pais, número dez, quinto andar esquerdo, perante a respectiva Notária LIC JÚLIA MARIA MATEUS DA SILVA, compareceu como outorgante:-----

--- PIETRO LUIGI DAL FABBRO, que também usa PIERO DAL FABBRO, casado, natural de Itália, com domicílio profissional na Av. Eng.º Duarte Pacheco, nº 24 em Lisboa: -----

-- Que outorga na qualidade de Membro da Direcção da qual é Vice - Presidente e em representação da associação denominada "**CLUBE DOM PEDRO**", NIPC 500 889 503, com sede no Hotel Dom Pedro, Situado em Vila Moura, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Loulé sob o mesmo número 500 889 503, constituído em onze de Junho de mil novecentos e setenta e nove, por escritura pública outorgada na Ex Secretaria Notarial do Concelho de Loulé - 1º Cartório Notarial, lavrada a fls cento e cinco verso, do livro de notas L- cento e sete, com Estatuto de utilidade pública ao abrigo art.º 3º do Decreto Lei nº 460/77, de 7/11 publicado no Diário da República – II Série, nº 61 em 14 de Março de 1989.-----

--- Verifiquei: a identidade do outorgante por ser do meu conhecimento pessoal; e -----

--- a qualidade e poderes de representação para este acto, pelos seguintes documentos:-----

- a) Certidão permanente com o código de acesso: 7223-5833-7722;-----
- b) Fotocópias certificadas pela Dr.ª Leopoldina Moreira Fernandes, Solicitadora das actas números 63 e 64, das deliberações tomadas nas

Assembleias Gerais Ordinárias de 14 de Janeiro e 16 de Novembro ambas de 2011, documentos que **ARQUIVO**.-----

**DISSE O OUTORGANTE NA SUA INVOCADA QUALIDADE:**

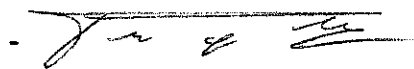
-- Que, em execução da deliberação tomada nas referidas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas 14 de Janeiro de 2011 da qual foi lavrada a acta nº 63, e em 16 de Novembro de 2011 da qual foi lavrada a acta nº 64 e na qual foi especialmente mandatado para o efeito, pela presente escritura **altera** os Estatutos do referido CLUBE DOM PEDRO acima identificado, **mantendo no entanto a mesma denominação, objecto e sede social**, nos termos constantes do documento complementar que fica a fazer parte integrante desta escritura, elaborado ao abrigo do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, cujo conteúdo conhece perfeitamente e o aceita para o seu representado, pelo que é dispensada a sua leitura e que são os constantes da referida acta nº 64.-----

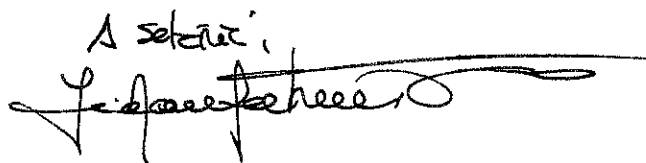
**ASSIM O OUTORGOU**.-----

**ARQUIVO AINDA**:-----

- O referido documento complementar.-----

-- Esta escritura foi lida em voz alta ao outorgante e ao mesmo explicado o seu conteúdo na sua presença na presença .

- 

A seguir,  


PA/ 51 /2012 

DOCUMENTO COMPLEMENTAR ELABORADO NOS TERMOS DO  
Nº 2 DO ARTIGO 64º DO CÓDIGO DO NOTARIADO QUE FAZ  
PARTE INTEGRANTE DA ESCRITURA LAVRADA NO DIA TRINTA  
DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOZE, NO CARTÓRIO NOTARIAL DE  
LISBOA DA NOTÁRIA LIC. JÚLIA MARIA MATEUS DA SILVA. \_\_\_\_\_

**ESTATUTOS DO  
CLUBE DOM PEDRO**

**CAPÍTULO I**

**Artigo 1º**

**Denominação e Duração**

O Clube Dom Pedro é uma associação de âmbito nacional, não governamental, sem fins lucrativos, e durará por tempo indeterminado. \_\_\_\_\_

**Artigo 2º**

**Âmbito, Natureza e Objecto**

O CLUBE DOM PEDRO tem por fim a promoção cultural, desportiva e recreativa dos seus associados e rege-se pelos presentes Estatutos e pelo regime jurídico das associações e tem a sua sede no Hotel Dom Pedro, situado em Vilamoura, freguesia de Quarteira, e poderá ter filiais nos locais que se julgarem oportunos. \_\_\_\_\_

**Artigo 3º**

**Representação e Filiação**

1.O CLUBE DOM PEDRO pode transferir livremente a sede ou quaisquer forma de representação, nomeadamente Delegações. \_\_\_\_\_

2. O CLUBE DOM PEDRO pode filiar-se em Federações, Confederações ou quaisquer outros organismos no país ou no estrangeiro. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 4º**

##### **Património**

O património do CLUBE DOM PEDRO é constituído por jóias de inscrição, quotização dos associados, subsídios ou doações, rendimentos de bens próprios, fundos de reserva, capitais depositados e outros bens de natureza material ou outra. \_\_\_\_\_

#### **CAPÍTULO II**

#### **Artigo 5º**

##### **Associados**

1. A Associação CLUBE DOM PEDRO é constituída por indivíduos de ambos os sexos, de qualquer nacionalidade, que voluntariamente aderirem ao estatuto da associação e aos objectivos proclamados nos mesmos. \_\_\_\_\_

2. A Associação tem as seguintes categorias de membros: \_\_\_\_\_

a) efectivos – aqueles que aderirem ao Estatuto da associação, cuja formação e prática, estejam de acordo com a mesma e sejam admitidos pelos órgãos sociais, nos termos da regulamentação interna em vigor; \_\_\_\_\_

b) auxiliares – são aqueles que dão à associação o seu esforço atlético, artístico ou cultural, funcionários dos Hotéis Dom Pedro ou que prestem quaisquer serviços nas secções desportivas, culturais ou recreativas, mas sem direito a voto; \_\_\_\_\_

c) honorários – são aqueles que a associação queira distinguir pelo seu contributo no âmbito dos objectivos da associação, por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção, mas sem direito a voto. \_\_\_\_\_

## Artigo 6º

### Direitos dos Associados

São direitos dos associados: \_\_\_\_\_

- a) participar, segundo os regulamentos em vigor, nas actividades da associação; \_\_\_\_\_
- b) eleger e ser eleito para os órgãos sociais; \_\_\_\_\_
- c) e demais direitos constantes do Regulamento Interno da associação. \_\_\_\_\_

## Artigo 7º

### Deveres dos Associados

São deveres dos associados: \_\_\_\_\_

- a) contribuir para o bom funcionamento da associação; \_\_\_\_\_
- b) prestar uma colaboração efectiva a todas as iniciativas que contribuam para o prestígio e concretização dos objectivos da associação; \_\_\_\_\_
- c) cumprir as obrigações decorrentes dos presentes Estatutos, dos regulamentos Internos e das deliberações dos seus órgãos; \_\_\_\_\_
- d) exercer gratuitamente os cargos nos órgão da associação, para que forem eleitos ou designados. \_\_\_\_\_

## CAPÍTULO III

### ORGÃOS SOCIAIS

#### ASSEMBLEIA GERAL

## Artigo 8º

### Composição

A Assembleia Geral é constituída por todos os associados do CLUBE DOM PEDRO, no uso dos seus direitos associativos. \_\_\_\_\_

## Artigo 9º

### Funcionamento

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e/ou extraordinárias. \_\_\_\_\_
2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente: \_\_\_\_\_
  - a) na primeira quinzena do mês de Novembro para apreciação e votação do orçamento e programa de acção para o ano seguinte; \_\_\_\_\_
  - b) até trinta e um de Março de cada ano, para discussão do relatório, balanço e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal; \_\_\_\_\_
  - c) no mês seguinte ao final de cada mandato, para eleição dos órgãos sociais. \_\_\_\_\_
3. A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente: \_\_\_\_\_
  - a) quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou ainda, quando requerida por 1/5 dos associados efectivos, em pelo gozo dos seus direitos. \_\_\_\_\_
4. A Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação se estiverem presentes ou representados a maioria dos associados, podendo em segunda convocação reunir com qualquer número, uma hora depois da primeira convocação. \_\_\_\_\_
5. A Assembleia Geral deve ser convocada por meio de aviso postal expedido para cada um dos associados, ou publicação oficial nos termos legalmente previstos para os actos das sociedades comerciais, com a antecedência mínima de oito dias, indicando dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos. \_\_\_\_\_
6. As deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos associados presentes. \_\_\_\_\_



7. Ao funcionamento da Assembleia Geral aplicar-se-á, no que nos Estatutos for omissos, o Regulamento Interno da Associação. \_\_\_\_\_

### **Artigo 10º**

#### **Competências**

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente: \_\_\_\_\_

- a) definir as linhas fundamentais da actuação da Associação; \_\_\_\_\_
- b) eleger, de entre os seus membros, a Direcção, o Conselho Fiscal e a Mesa da Assembleia Geral e destitui-los ocorrendo justa causa; \_\_\_\_\_
- c) apreciar e votar, anualmente, o orçamento e o programa de acção, para o exercício seguinte, bem como relatório e contas da Direcção; \_\_\_\_\_
- d) fixar a jóia e a quota para cada tipo de associado; \_\_\_\_\_
- e) deliberar sobre a alteração dos Estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da associação; \_\_\_\_\_
- f) aprovar a aquisição e alienação de bens imóveis; \_\_\_\_\_
- g) autorizar a Associação a demandar os membros dos órgãos sociais por factos praticados no exercício das suas funções; \_\_\_\_\_
- h) aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações; \_\_\_\_\_
- i) retirar a qualidade de associado, quando tal se justifique, sob proposta da Direcção. \_\_\_\_\_

### **Artigo 11º**

#### **Deliberações da Assembleia Geral**

1. São anuláveis, todas as deliberações tomadas sobre matérias que não constem da ordem de trabalhos fixadas na convocatória, salvo se estiverem presentes ou representados devidamente, todos os associados, em pleno gozo

dos seus direitos, e todos concordarem com o aditamento. \_\_\_\_\_

2. Salvo o disposto nas alíneas seguintes, as deliberações são tomadas por maioria absoluta dos presentes: \_\_\_\_\_

a) as deliberações sobre alteração dos Estatutos e sobre a cisão ou fusão da associação exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes; \_\_\_\_\_

b) as deliberações sobre autorização de demandar os membros dos órgãos sociais, por factos praticados no exercício das suas funções, exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes; \_\_\_\_\_

c) as deliberações sobre a dissolução e extinção da associação requerem o voto favorável de três quartos de todos os associados; \_\_\_\_\_

d) as deliberações sobre a adesão a uniões, federações ou confederações exigem também o voto favorável de três quartos do número de associados presentes. \_\_\_\_\_

## **Artigo 12º**

### **Mesa da Assembleia Geral**

A Mesa da Assembleia Geral é presidida por três associados, e composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos de entre os associados. \_\_\_\_\_

## **Artigo 13º**

### **Competência da Mesa da Assembleia Geral**

1. Ao Presidente compete: \_\_\_\_\_

a) convocar a Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, todas as vezes que o requeiram a Direcção, o Conselho Fiscal ou número mínimo de um quinto do número de associados efectivos em pleno gozo dos seus direitos e que assinem

e justifiquem o seu pedido; \_\_\_\_\_

b) presidir às assembleias gerais, esclarecê-las e desempatar qualquer votação; -

c) rubricar o livro de actas e assinar as actas das sessões; \_\_\_\_\_

d) chamar à efectividade os substitutos; \_\_\_\_\_

e) dar posse aos órgãos sociais, dentro do prazo devido. \_\_\_\_\_

2. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nos seus impedimentos.

3. Compete ao Secretário promover o expediente da Mesa, além de redigir, ler e assinar as actas das sessões. \_\_\_\_\_

## **DIRECÇÃO**

### **Artigo 14º**

#### **Composição**

1. A Direcção é constituída por um número impar de membros efectivos, entre três a cinco, na plenitude dos seus direitos, eleitos pela Assembleia Geral. \_\_\_\_\_

2. A Direcção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Tesoureiro, sendo os restantes, caso sejam eleitos, os respectivos Vogais. \_\_\_\_\_

### **Artigo 15º**

#### **Competências**

Compete à Direcção da associação: \_\_\_\_\_

- a) cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos; \_\_\_\_\_
- b) reunir, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário; \_\_\_\_\_
- c) assegurar a organização e funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei; \_\_\_\_\_
- d) elaborar anualmente e submeter ao órgão de fiscalização, um relatório de contas da Direcção, bem como o programa de acção para o ano

seguinte; \_\_\_\_\_

- e) representar a associação em juízo ou fora dele; \_\_\_\_\_
- f) elaborar o quadro de pessoal, efectuar as respectivas nomeações e exercer acção disciplinar; \_\_\_\_\_
- g) requerer ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocação da reunião extraordinária sempre que entenda necessário; \_\_\_\_\_
- h) propor sobre a aquisição onerosa e alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais; \_\_\_\_\_
- i) zelar pelo cumprimento da lei, dos Estatutos e das deliberações dos órgãos da associação; \_\_\_\_\_
- j) punir os sócios e propor à Assembleia Geral a sua expulsão; \_\_\_\_\_
- k) nomear Delegados, Comissões e diferentes secções da associação. \_\_\_\_

### **Artigo 16º**

#### **Competências do Presidente**

Compete ao Presidente da Direcção: \_\_\_\_\_

- a) representar a associação sempre que necessário; \_\_\_\_\_
- b) convocar e presidir as reuniões de Direcção e dirigir os respectivos trabalhos; \_\_\_\_\_
- c) assinar os documentos de receita e despesa, depois de aprovadas as respectivas despesas; \_\_\_\_\_
- d) exercer todas as atribuições de carácter directivo, orientando e procurando desenvolver as actividades da associação; \_\_\_\_\_
- e) presidir às reuniões da Direcção, tendo voto de qualidade em caso de empate. \_\_\_\_\_

### **Artigo 17º**

### **Competências do Vice-Presidente**

Compete ao Vice-Presidente da Direcção coadjuvar o Presidente no exercício das as suas funções e substitui-lo nas suas ausências e impedimentos; \_\_\_\_\_

### **Artigo 18º**

#### **Competência dos Vogais**

Compete aos Vogais, caso sejam eleitos, coadjuvar os trabalhos da Direcção, dirigir os respectivos pelouros que sejam criados na Associação, e substituir qualquer membro na mesma. \_\_\_\_\_

### **Artigo 19º**

#### **Competências do Tesoureiro**

Compete ao Tesoureiro: \_\_\_\_\_

- a) receber e guardar os valores da associação; \_\_\_\_\_
- b) efectuar os pagamentos autorizados; \_\_\_\_\_
- c) assinar os documentos de receita e despesa, e as ordens de pagamento ou cheques para levantamento de fundos, depois de aprovadas as respectivas despesas; \_\_\_\_\_
- d) depositar as receitas em instituições de crédito e superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria; \_\_\_\_\_
- e) satisfazer as despesas autorizadas e ter em dia o inventário dos valores. \_\_\_\_\_

### **Artigo 20º**

#### **Funcionamento**

A Direcção reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do Presidente. \_\_\_\_\_

### **Artigo 21º**

### **Forma de Obrigar**

A associação obriga-se com a assinatura conjunta de dois membros da Direcção. \_\_\_\_\_

### **CONSELHO FISCAL**

#### **Artigo 22º**

#### **Composição**

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 23º**

#### **Competências**

Compete ao Conselho Fiscal: \_\_\_\_\_

- a) fiscalizar os actos da Direcção e examinar regularmente a escrituração e documentos da associação; \_\_\_\_\_
- b) elaborar parecer sobre o relatório de contas e sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação; \_\_\_\_\_
- c) assistir às reuniões do órgão executivo sempre que entenda como conveniente; \_\_\_\_\_
- d) solicitar a convocação da Assembleia Geral Extraordinária quando o julgue necessário; \_\_\_\_\_
- e) solicitar à Direcção documentos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições; \_\_\_\_\_
- f) propor reuniões extraordinárias da Direcção para a discussão de determinados assuntos cuja importância o justifique; \_\_\_\_\_

#### **Artigo 24º**

#### **Funcionamento**

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do Presidente e obrigatoriamente uma vez por semestre. \_\_\_\_\_

### **Artigo 25º**

#### **Mandato**

1. O mandato dos órgãos sociais do CLUBE DOM PEDRO tem a duração de três anos, devendo proceder-se à sua eleição em Assembleia Geral. \_\_\_\_\_
2. Os titulares dos órgãos sociais do CLUBE DOM PEDRO podem ser reeleitos por uma ou mais vezes. \_\_\_\_\_
3. Em caso de renúncia ao cargo, deverá o membro do órgão social cessante ser substituído pelo seu Suplente ou, caso este não exista, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento da respectiva vaga. \_\_\_\_\_

### **CAPÍTULO IV**

#### **DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA**

### **Artigo 26º**

Ficam, desde já, designados para o triénio 2012/2014: \_\_\_\_\_

#### **Mesa da Assembleia Geral:**

**Presidente:** Stefano Saviotti, casado, residente na Av. Eng.º Duarte Pacheco, Urb. Amoreiras, Torre 2-13º B, NIF 122 081 315: \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** Carla Alexandra Jorge Matias Ventura, solteira, maior, com domicílio profissional na Av. Eng.º Duarte Pacheco, Emp. Amoreiras, Torre 3-13º B em Lisboa NIF 192 299 042. \_\_\_\_\_

**Secretário:** Maria Fernanda Álvaro Carreiras, viúva, com domicílio na Av. Eng.º Duarte Pacheco, Emp Amoreiras, Torre 3, 13º B em Lisboa, NIF 168 068 105. \_\_\_\_\_

#### **Direcção:**

**Presidente:** José Paulo Couto Ramada, divorciado, residente na Rua Amélia Rey Colaço, 227 em Birre, Cascais, NIF 175 395 241. \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** Pietro Luigi Dal Fabbro, casado com domicílio profissional na Av. Duarte Pacheco, nº 24 em Lisboa, NIF 215 897 951. \_\_\_\_\_

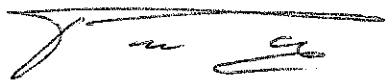
**Tesoureiro:** Paulo Fernando Ferreira Nunes, casado, residente na Trav. Tomás Abril, 6-r/c. F, Amora, Seixal, NIF 192 091 689. \_\_\_\_\_

**Conselho Fiscal**

**Presidente:** Paula Cristina Martins de Faria da Gama e Castro, solteira, maior, residente na Rua Francisco Bertrand, 9, em Vale de Lobos, Sintra, NIF 189 912 634. \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** Fernanda Nogueira de Carvalho Luís, casada, residente na Rua Alfredo Marceneiro, nº 2, 1º Dtº., em Vila Fria, Porto Salvo, Oeiras, NIF 169 182 134. \_\_\_\_\_

**Secretário:** José António Conceição Carvalho, residente na Rua Luís de Camões, 3, 2º Dtº na Buraca, NIF 120 537 613.



A. Silva  
